

Demonstrações Financeiras

2018





Sumário



Demonstrações Financeiras

03

Balanços Patrimoniais	03
Demonstração do Resultado	05
Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto	06
Demonstração do Valor Adicionado	07
Demonstração de Resultados Abrangentes	08
Notas Explicativas da Administração	09



Administração 22

Relatório dos Auditores Independentes 23

Parecer do Conselho Fiscal 25

Resumo e Conclusões do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário 26

Demonstrações Financeiras



Balanços Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhões de reais)

ATIVO	NOTA	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	27	22
Títulos e valores mobiliários	5	224	206
Aplicações financeiras vinculadas	6	-	6
Contas a receber:			
Sistema Petrobras	8(a)	328	117
Tributos antecipados		85	98
Demais ativos circulantes		12	14
Total do ativo circulante		676	463
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		2	2
Imobilizado	7	1.748	1.915
Estoque de sobressalentes		49	49
Total do Imobilizado		1.797	1.964
Intangível - softwares		9	11
Total do ativo não circulante		1.808	1.977
Total do ativo		2.484	2.440

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços Patrimoniais



Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhões de reais)

PASSIVO	NOTA	2018	2017
Circulante			
Fornecedores		43	44
Provisão para imposto de renda e contribuição social	10	168	127
Contas a pagar, incluindo adiantamentos - empresas do Sistema Petrobras	8(a)	63	181
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	8(b)	-	86
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	9	-	57
Dividendos	11(c)	293	271
Tributos a recolher		48	-
Outras contas a pagar		58	55
Total do passivo circulante		673	821
Não circulante			
Contas a pagar, incluindo adiantamentos - empresas do Sistema Petrobras	8(a)	783	759
Obrigações atuariais	20	88	57
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10(a)	425	291
Total do passivo não circulante		1.296	1.107
Patrimônio líquido	11		
Capital social		203	203
Reservas de lucros		41	41
Ajustes de avaliação patrimonial		(22)	(3)
Dividendos adicionais propostos		293	271
Total do patrimônio líquido		515	512
Total do passivo		2.484	2.440

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado



Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhões de reais

	2018	2017
Receita operacional líquida (Nota 12)	1.553	1.332
Custo dos serviços prestados		
Depreciação do gasoduto e de bens operacionais	(182)	(176)
Custo de operação e manutenção (Nota 13)	(204)	(183)
Total do custo dos serviços prestados	(386)	(359)
Lucro bruto	1.167	973
Despesas gerais e administrativas (Nota 14)	(102)	(97)
Lucro operacional	1.065	876
Despesas financeiras (Nota 15)	(44)	(74)
Receitas financeiras (Nota 6)	18	37
Variação cambial de passivos (Nota 16)	(140)	(15)
Despesas financeiras, líquidas	(167)	(52)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	898	824
Imposto de renda e contribuição social (Nota 10(c))	(302)	(279)
Lucro antes das participações de empregados	596	545
Participações dos empregados	(10)	(3)
Lucro líquido do exercício	586	542
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	R\$ 2,88	R\$ 2,66

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhões de reais

	2018	2017
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	586	542
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício e o caixa proveniente das atividades operacionais		
Depreciação do gasoduto (Nota 7)	181	176
Depreciação/Amortização de outros itens imobilizado e intangível	7	6
Encargos financeiros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos, não realizados	184	84
Imposto de renda e contribuição social diferidos	134	152
Variações em ativos e passivos		
Redução de títulos e valores mobiliários	-	401
Redução (aumento) de contas a receber	(210)	87
Amortização de adiantamentos recebidos da Petrobras	(68)	(65)
Aumento (redução) no imposto de renda e contribuição social	41	(144)
Redução nos demais ativos	32	97
Aumento (redução) de fornecedores e demais passivos de curto prazo	7	(320)
	<u>308</u>	<u>474</u>
Caixa gerado nas operações	894	1.016
Atividades operacionais		
Pagamento de juros a empresas do Sistema Petrobras	(16)	(12)
Pagamento de juros aos demais acionistas	(16)	(11)
Pagamento de juros sobre dividendos	(13)	(39)
Pagamento de juros de financiamentos de agências multilaterais de crédito	(2)	(4)
	<u>(47)</u>	<u>(66)</u>
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais	847	950
Atividades de financiamento		
Redução nas aplicações vinculados	6	-
Investimentos em títulos e valores mobiliários	(6)	-
Amortização do principal da Dívida Subordinada da Logigás	(105)	-
Amortização do principal da Dívida Subordinada aos Demais acionistas	(101)	-
Dividendos pagos	(542)	(847)
Amortização de financiamentos de agências multilaterais de crédito	(65)	(67)
	<u>(813)</u>	<u>(914)</u>
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento	(813)	(914)
Atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(29)	(59)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento	(29)	(59)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	5	(23)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22	45
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	27	22

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado



Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhões de reais

	2018	2017
Receitas		
Serviços de transportes	1874	1.625
Outras receitas	4	4
	<u>1.878</u>	<u>1.629</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(116)	(99)
Materiais, energia, serviços e outros	(25)	(26)
	<u>(141)</u>	<u>(125)</u>
Valor adicionado bruto	1.737	1.504
Retenções		
Depreciação do gasoduto	(181)	(176)
Depreciação/Amortização de outros itens	(7)	(6)
	<u>(188)</u>	<u>(182)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.549	1.322
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	17	37
Valor adicionado total a distribuir	1.566	1.359
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	169	152
Impostos e contribuições	627	576
Despesas financeiras	184	89
Lucro líquido do exercício	586	542
	<u>1.566</u>	<u>1.359</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente



Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhões de reais

	2018	2017
Lucro líquido	586	542
Outros resultados abrangentes:		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Perdas atuariais - Plano de Pensão e AMS	(19)	5
Resultado abrangente total	567	547

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

→ 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (“TBG” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima constituída em 18 de abril de 1997, que tem a Petrobras Logística de Gás S.A. – LOGI-GÁS como acionista controladora desde 10 de dezembro de 2015. A Companhia tem sede no Estado do Rio de Janeiro – RJ e uma Central de Manutenção localizada na cidade de Campinas – SP.

A principal atividade econômica da TBG é a operação do Gasoduto Bolívia-Brasil, destinado a transportar gás proveniente da Bolívia e outros países vizinhos, ou produzido em território brasileiro. Também estão contempladas no objeto social da Companhia: promoção de projetos de engenharia, a construção e operação do gasoduto, realização de atividades correlatas e afins no Brasil ou no exterior, que possam contribuir direta ou indiretamente com o objeto social ou que estejam relacionadas a telecomunicação por fibra ótica.

Proprietária e operadora do Gasoduto Bolívia-Brasil, em território brasileiro, a TBG dispõe de capacidade instalada para transportar ininterruptamente até 30,08 milhões de metros cúbicos por dia, ao longo de 2.593 quilômetros de dutos. O trajeto do empreendimento, que passa por 136 municípios, tem início em Corumbá (MS), se estende pelos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, e termina em Canoas (RS).

A operação do trecho norte, que se estende desde a fronteira do Brasil com a Bolívia até o Estado de São Paulo, foi iniciada em julho de 1999 e, a do trecho sul, ligando o Estado de São Paulo ao Estado do Rio Grande do Sul, em abril de 2000.

Os recursos financeiros para a construção do gasoduto foram oriundos de empréstimos subordinados dos acionistas (Nota 8 (b)) e de financiamentos de agências de crédito (Nota 9).

A recuperação dos investimentos no Gasoduto Bolívia-Brasil está garantida pelos contratos de serviços de transporte com duração de 20 a 40 anos, resumidos a seguir, na modalidade ship or pay, na qual os clientes se obrigam a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado:

(i) Contrato de transporte de quantidades básicas (TCQ) - para 18 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2019. A capacidade de transporte disponível a partir de 2020, referente a este contrato, será oferecida aos carregadores interessados por meio de processo de Chamada Pública, em consonância com a Portaria 472/2017 do MME e as Resoluções nº15/2014 e nº11/2016 da ANP. A TBG encaminhou a Minuta do Edital para a ANP em 2018 e a expectativa é de que a

promoção da Chamada Pública ocorra a partir de maio de 2019.

(ii) Contrato de transporte de quantidades adicionais (TCO) – para 6 milhões de m³/dia, com pagamento antecipado e prazo de duração de 40 anos e vigência até setembro de 2041.

(iii) Contrato de transporte de quantidades complementares (TCX) – para 6 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2021.

(iv) Contrato de transporte resultante do Concurso Público de Alocação da Capacidade – CPAC 2007 – para uma capacidade adicional de 5,2 milhões de m³/dia no trecho sul do gasoduto, entre Paulínia e Araucária, com prazo de duração de 20 anos e vigência até setembro de 2030.

Os Contratos ora vigentes estão estabelecidos com o cliente Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras.

→ 2 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Financeiros - CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas financeiras críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas financeiras. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2019.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”).

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

2.3 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

As receitas são reconhecidas com base no volume de gás natural contratado na modalidade *ship or pay* e as despesas e custos são reconhecidos quando incorridos.

2.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incluem os rendimentos ou encargos e variações cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

No que se refere à demonstração de fluxo de caixa, em 2018 a Administração reavaliou a finalidade de geração de resultados e fluxos de caixa no futuro da companhia. Portanto, a partir desse exercício, as variações dos fluxos de caixa relacionados aos títulos e valores mobiliários estão sendo apresentados como atividades de investimento.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia possui instrumentos financeiros não derivativos incluindo:

- Caixa e equivalentes de caixa,
- Títulos e valores mobiliários,
- Empréstimos e recebíveis que incluem as contas a receber e outros créditos,
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

2.7 Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores financeiros dos ativos não financeiros, estoques e ativo imobilizado são revistos, pelo menos, a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é avaliado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perda de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC).

2.8 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da depreciação acumulada. Durante a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, período pré-operacional da TBG, os juros e demais encargos financeiros dos recursos provenientes dos financiamentos aplicados na construção, líquidos das receitas financeiras, foram acrescidos ao custo do bem.

A depreciação de ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Gasoduto	30
Equipamentos	10
Móveis, utensílios e equipamentos	10

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de ativos substituídos é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

Com base nas projeções do modelo econômico da Companhia, que inclui a expectativa de novo contrato favorável para a capacidade a ser ofertada a partir de 2020 conforme descrito na nota 1 de contexto operacional, não foi identificada necessidade de provisões para perdas por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*).

2.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.10 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Os benefícios atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria complementar, e os de assistência médica, são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente. As premissas atuariais incluem estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

2.11 Empréstimos e financiamentos

São atualizados, de acordo com as cláusulas contratuais, pelas variações cambiais e juros incorridos até a data do balanço e são mensurados pelo custo amortizado.

2.12 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado

abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, até a data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido no final do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores financeiros nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados, com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e alíquota de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

2.13 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas adotadas no Brasil.

2.14 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia adotou inicialmente os requerimentos contidos nos seguintes pronunciamentos: CPC 48 Instrumentos Financeiros, análogo ao IFRS 9 *Financial Instruments*, inclusive aqueles relativos à contabilidade de *hedge*; e CPC 47 Receita de Contrato com Cliente, análogo ao IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers*.

a. CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O IFRS 9 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de hedge e divulgação.

De acordo com as disposições transitórias previstas pelo CPC 48/IFRS 9, a Companhia não reapresentou suas demonstrações contábeis de períodos anteriores em relação aos novos requerimentos do CPC 48/IFRS 9.

Classificação e mensuração

O IFRS 9 estabelece um modelo para classificação de ativos financeiros, determina subsequentemente a mensuração ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

A companhia não sofreu impactos materiais na classificação e mensuração de seus ativos financeiros, na adoção inicial do CPC 48/IFRS 9.

Modificação de fluxo de caixa contratual de passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 estabelece que se um instrumento financeiro mensurado a custo amortizado tiver seus termos modificados e essa modificação não for substancial, seu saldo contábil deverá refletir o valor presente descontado dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento quando da modificação dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior à modificação, deve ser reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Esta situação não ocorreu na companhia.

Perda no valor recuperável (Impairment)

O modelo estabelecido pelo CPC 48/IFRS 9 para reconhecimento de impairment é baseado nas perdas de crédito esperadas, substituindo o modelo estabelecido pelo CPC 38/IAS 39 que é baseado nas perdas de crédito incorridas. A companhia aplicou a nova metodologia e não apurou qualquer perda de impairment sobre ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

b. CPC 47 / IFRS 15 – Receitas de Contrato com Clientes

O CPC 47 substituiu os CPC 17 (R1) Receitas e CPC 30 (R1) Contratos de Construção bem como suas respectivas interpretações. Ao adotar o CPC 47, a Companhia determinou quando (ou a que medida) e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto pelas cinco etapas a seguir: 1) identificação do contrato com o cliente; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento quando (ou enquanto) a obrigação de desempenho é satisfeita. Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando (ou à medida que) o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço prometido.

Receitas de direitos não exercidos (breakage)

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a apresentar separadamente, na nota explicativa nº 12, as receitas oriundas de direitos não exercidos por clientes em contratos com cláusulas de ship or pay no montante de R\$ 310 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 240 em 31 de dezembro de 2017).

No entanto, as mudanças em função da adoção do IFRS 15 apenas alteraram a forma como as referidas receitas são apresentadas na nota explicativa nº 12, não havendo impacto no resultado do exercício.

c. IFRIC 22 – Foreign Currency Transactions and Advance Consideration

A partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor a interpretação técnica IFRIC Interpretation 22 – Foreign Currency Transactions and Advance Consideration (IFRIC 22), emitido pelo IASB.

O IFRIC 22 se aplica à transação em moeda estrangeira (ou parte dela) que resulta no reconhecimento de ativo não monetário ou passivo não monetário, decorrente de pagamento ou recebimento antecipado (adiantamento), antes que seja reconhecido o ativo, a despesa ou a receita relacionada ao adiantamento. O IFRIC 22 esclarece que a data da taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial do ativo, da despesa ou da receita relacionada ao adiantamento é a mesma utilizada no reconhecimento inicial do adiantamento.

De acordo com a avaliação feita pela Administração não há impactos decorrentes da adoção do IFRIC 22 a reconhecer em suas demonstrações financeiras.

2.15 Novas normas e interpretações

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

a. IFRS 16 – “Arrendamento Mercantil”

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 – Leases (IFRS 16), que vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 – Leases; IFRIC 4 – Determining whether an Arrangement contains a Lease; SIC-15 – Operating Leases - Incentives; e SIC-27 – Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease.

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Esse pronunciamento deverá ser aplicado a todos os contratos de arrendamento mercantil, exceto:

- Arrendamentos para explorar ou usar minerais, petróleo, gás natural e recursos não renováveis similares;
- Arrendamentos de ativos biológicos dentro do alcance do IAS 41 – Agriculture mantidos por arrendatário;

- Acordos de concessão de serviço dentro do alcance da IFRIC 12 – Service Concession Arrangements;
- Licenças de propriedade intelectual concedidas por arrendador dentro do alcance do IFRS 15; e
- Direitos detidos por arrendatário previstos em contratos de licenciamento dentro do alcance do IAS 38 – Intangible Assets para itens como: filmes, gravações de vídeo, reproduções, manuscritos, patentes e direitos autorais.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.

Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17. A TBG não prevê impactos relevantes em suas demonstrações contábeis pela observância do IFRS 16.

b. IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A partir de 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a interpretação técnica IFRIC Interpretation 23 – Uncertainty over Income Tax Treatments (IFRIC 23), emitida pelo IASB.

O IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro.

Quando há incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro, esta Interpretação trata:

- Se a entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente;
- As premissas que a entidade deve elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais;
- Como a entidade deve determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e
- Como a entidade deve considerar mudanças em fatos e circunstâncias.

Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRIC 23, a Companhia aplicará os requerimentos retrospectivamente, com o efeito cumulativo da adoção reconhecida na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados. A Companhia não identificou impactos materiais na aplicação do IFRIC 23.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS FINANCEIROS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores financeiros de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a. Vida útil dos ativos

A Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente (nota 7).

b. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (nota 17).

c. Plano de previdência complementar

A gestão do plano de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento.

A parcela da contribuição com característica de benefício definido esteve suspensa de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2015, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Com relação a planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições na forma contratual. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

→ 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Aplicações financeiras	27	22
	27	22

As aplicações financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A. e estão representadas por quotas de fundos de renda fixa, que apresentaram valorização média de 108 % do CDI no exercício, com vencimento inferior a 90 dias.

→ 7 IMOBILIZADO

	Tempo estimado de vida útil (anos)	2018			2017
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Gasoduto Bolívia-Brasil (i)	30	4.527	(2.797)	1.730	1.878
Imóveis e benfeitorias	10 a 25	11	(7)	4	5
Móveis, equipamentos e instalações de escritório	10	4	(3)	1	-
Máquinas e equipamentos Operacionais	10	21	(20)	1	2
Equipamentos e instalações de processamento de dados	5	14	(12)	2	3
Equipamentos e instalações de comunicação	5	6	(6)	-	1
Imobilizado em andamento (ii)		10	-	10	26
		4.593	(2.845)	1.748	1.915

(i) A vida útil-econômica do Gasoduto Bolívia-Brasil foi determinada com base em laudo técnico de engenharia.

(ii) O imobilizado em andamento inclui melhorias operacionais no gasoduto.

→ 5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2018	2017
Aplicações financeiras	224	206
	224	206

As aplicações financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A. e estão representadas por quotas de fundos de renda fixa disponíveis para venda, que apresentaram valorização média de 108 % do CDI no exercício.

→ 6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	2018	2017
Vinculados ao serviço da dívida	-	6
	-	6

As aplicações financeiras vinculadas são mantidas no Banco do Brasil S.A. para garantir o pagamento do serviço da dívida de curto prazo em moeda estrangeira. Em 2018 apresentou rentabilidade de 7,0 % equivalente a 108% do CDI.

As receitas financeiras estão assim demonstradas:

	2018	2017
Receita nas aplicações de renda fixa	18	37
	18	37

	Gasoduto Bolívia Brasil	Ativos em construção	Equipamentos e outros bens de operação	Imóveis, instalações e outros bens	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.976	52	3	9	2.040
Adições	-	53	-	1	54
Transferências	78	(79)	-	1	-
Depreciação	(176)	-	(1)	(2)	(179)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.878	26	2	9	1.915
Adições	-	27	-	-	27
Transferências	43	(43)	-	-	-
Baixa	(10)	-	-	-	(10)
Depreciação	(181)	-	(1)	(2)	(184)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.730	10	1	7	1.748

8 PARTES RELACIONADAS

a. Sistema Petrobras

	2018			2017		
	Petrobras	Logigás	Total	Petrobras	Logigás	Total
Ativo circulante						
Contas a receber	139	-	139	117	-	117
Efeito cambial sobre a tarifa (i)	189	-	189	-	-	-
	328	-	328	117	-	117
Passivo circulante						
Contas a pagar	-	2	2	-	2	2
Efeito cambial sobre a tarifa (i)	-	-	-	35	-	35
Adiantamentos de clientes (ii)	61	-	61	54	-	54
Empréstimos subordinados - Nota 8(b)	-	-	-	-	90	90
	61	2	63	89	92	181
Passivo não circulante						
Adiantamentos de clientes (ii)	783	-	783	759	-	759
	783	-	783	759	-	759
Resultado do exercício:						
Receita bruta de serviços prestados - Nota 12	1.878	-	1.878	1.629	-	1.629
Despesas financeiras - Nota 15	-	(22)	(22)	-	(33)	(33)
Variações cambiais - Nota 16	(99)	(16)	(115)	(8)	(1)	(9)

(i) Efeito cambial sobre a tarifa

De acordo com termos contratuais, a tarifa de transporte praticada no ano é fixada em janeiro e mensalmente é calculada a diferença entre o valor apurado em reais com a paridade do dólar norte-americano do dia do recebimento, e a tarifa fixada em reais no início do ano. As diferenças apuradas mensalmente

são registradas no resultado do exercício em que são apuradas, gerando um valor a receber ou a ressarcir à Petrobras, que será compensado na tarifa de transporte do ano seguinte, considerando as quantidades previstas nos contratos. No exercício de 2018 foi apurado o montante de R\$ 189 milhões a ser recuperado,

via aumento de tarifa, no ano de 2019 (em 2017 foi apurado o montante de R\$ 35 milhões, a ser devolvido em 2018 via redução da tarifa).

(ii) Adiantamentos de clientes

Petrobras

Refere-se a valor recebido em adiantamento do contrato TCO, aportado pela Petrobras, equivalente a US\$ 302 milhões, que foi destinado ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, conforme previsto no "Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças", e está sendo liquidado conforme a prestação de serviços de transporte pelo período de 40 anos, desde 2001.

Inclui o pré-pagamento para financiamento de expansão do trecho sul, que está sendo liquidado através da prestação de serviço num período de 20 anos, desde outubro de 2010, e novas estações de entrega, que serão liquidados conforme a prestação de serviço de transporte, após o término de cada obra.

Inclui também o pré-pagamento pelo uso de uma parte da faixa de servidão (área de passagem) do gasoduto pelo período de 20 anos, a partir de 25 de julho de 2001. Inicialmente este contrato foi assinado com a Gaspetro e em 1º de junho de 2012 foi cedido para a Petrobras.

b. Operações com acionistas

Empréstimos subordinados

Conforme previsto no "Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças", a captação dos recursos necessários ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil incluiu aportes de recursos dos acionistas no montante de US\$ 310 milhões, destinados a comportar o orçamento básico do empreendimento. Deste total, 59% foram registrados como empréstimos subordinados e 41% como capital social, ambos aportados na proporção da participação societária de cada acionista.

Até abril de 2000, os acionistas eram responsáveis, ainda, pelos financiamentos dos gastos administrativos da TBG, que totalizaram US\$ 19 milhões. Deste total, 50% foram registrados como empréstimos subordinados e 50% como capital integralizado, também na proporção da participação societária de cada acionista.

Os empréstimos junto às agências multilaterais de crédito e às agências de crédito à exportação têm condição prioritária de liquidação e por isso são qualificados como dívidas sênior. Os empréstimos obtidos junto aos acionistas deverão ter liquidação subsequente e por isso são qualificados como empréstimos subordinados. Ambos possuem características de longo prazo.

Os empréstimos subordinados totalizam US\$ 192,4 milhões, remunerados à taxa de juros de 15% a.a., cujo pagamento do principal ocorrerá após a liquidação dos financiamentos das agências multilaterais de crédito. Em 2016 foi autorizado pelos detentores das dívidas sênior a amortização de US\$ 140 milhões dos empréstimos subordinados, resultando um saldo remanescente de

US\$ 52 milhões que foi liquidado em dezembro de 2018.

Os saldos dos empréstimos subordinados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, incluindo o principal e os juros, são:

	2018	2017
Passivo circulante		
Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás (Nota 8(a))	-	90
BBPP Holdings Ltda.	-	51
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.	-	21
GTB - TBG Holdings S.Á. R. L.	-	14
Total dos acionistas	-	86

Em 2018 as despesas financeiras com juros creditados aos acionistas por conta dos empréstimos subordinados foram de R\$ 29 (R\$ 25 em 2017) e a correção dos dividendos pela SELIC foram R\$ 13 (R\$ 39 em 2017).

	2018	2017
Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás (Nota 8(a))	22	33
BBPP Holdings Ltda.	12	19
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.	5	7
GTB - TBG Holdings S.Á. R. L.	3	5
Total dos demais acionistas	20	31

c. Remuneração de pessoal (em reais)

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais e dirigentes da TBG, relativas ao mês de dezembro de 2018 e 2017 foram as seguintes:

	2018	2017
Remuneração por empregado:		
Maior remuneração	52.130	49.183
Remuneração média	20.630	19.554
Menor remuneração	5.012	5.538
Remuneração de dirigente (maior)	80.471	73.324

9 FINANCIAMENTOS DE AGÊNCIAS MULTILATERAIS DE CRÉDITO

Os financiamentos de agências multilaterais de crédito foram liquidados no exercício de 2018.

	2018	2017
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	-	47
Banco Europeu de Investimento (BEI)	-	10
Total	-	57

a. O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o lucro têm a seguinte origem:

	2018	2017
Passivo:		
Depreciação fiscal do gasoduto	463	371
Lucro não realizado em operações com empresa de economia mista	69	24
Provisão para devolução de tarifa	-	(12)
Efeito da tributação da variação cambial pelo regime de caixa	(82)	(75)
Outras exclusões temporárias	(27)	(19)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado (efeito acumulado)	423	289
IRPJ e CSLL diferidos em outros resultados abrangentes	2	2
	425	291

b. Em 31 de dezembro de 2018 a expectativa de realização do passivo fiscal diferido é:

ANO	SALDO
2019	-130
2020	54
2021	54
2022	54
2023	54
A partir de 2024	339
Total	425

c. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício, antes dos impostos e após participação dos empregados	888	821
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro às alíquotas nominais combinadas (34%)	(302)	(279)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro registrados no resultado do exercício	(302)	(279)
Corrente	(168)	(127)
Diferido	(134)	(152)

d. Provisão para imposto de renda e contribuição social:

	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado	302	279
Aumento (redução) do valor a pagar:		
Pela tributação das perdas cambiais nas dívidas, somente quando realizados (regime de caixa)	7	(4)
Provisões temporárias	(4)	(76)
Depreciação fiscal do gasoduto	(92)	(91)
Diferimento do lucro com Sociedade de Economia Mista	(45)	19
Provisão para imposto de renda e contribuição social registrada no passivo circulante	168	127

11 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social, subscrito e integralizado, estava representado por 203.288.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Os acionistas da Companhia, e suas respectivas participações acionárias, são os seguintes:

- 51% – Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás;
- 29% – BBPP Holdings Ltda. - BBPP;
- 12% – YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.; e
- 8% – GTB - TBG Holdings S.À. R. L..

b. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos propostos

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 50% do lucro líquido, que em 2018 corresponde a R\$ 293. A proposta de dividendos encaminhada à Assembleia Geral Ordinária é de R\$ 586, composta pela destinação remanescente do lucro do exercício, registrado no patrimônio líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Não houve destinação de lucro à reserva legal por esta já ter atingido o limite legal de 20% do capital.

Está assim demonstrado o montante da remuneração dos acionistas:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	586	542
Dividendos propostos	586	542
Sendo:		
Dividendo a pagar - passivo circulante	293	271
Dividendo adicional proposto - patrimônio líquido	293	271
Dividendo a pagar passivo circulante - R\$ por ação	1,44	1,33
Dividendo adicional proposto patrimônio líquido - R\$ por ação	1,44	1,33

12 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2018	2017
Receita bruta de serviços de transporte	1.568	1.389
Receita bruta de direitos não exercidos (breakage)	310	240
Total da receita bruta de prestação de serviços (Nota 8(a))	1.878	1.629
Tributos incidentes sobre faturamento	(325)	(297)
Receita operacional líquida	1.553	1.332

13 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2018	2017
Custo de operação e manutenção		
Pessoal	87	85
Manutenção, conservação e reparos	36	42
Aluguel	18	18
Consumo de material	9	12
Utilização de sistemas de comunicação	3	3
Serviço de apoio operacional e outros	16	17
Despesas de viagens	2	2
Consumo de energia	33	4
	204	183

14 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Pessoal	65	60
Honorários da Diretoria e do Conselho de Administração	7	6
Despesas com imóveis	4	4
Despesas com equipamentos, mobília e instalação	7	6
Despesas com serviços contratados	11	14
Despesas de viagens	1	1
Despesas de comunicação e gerais	7	6
	102	97

15 DESPESAS FINANCEIRAS

	2018	2017
Fornecedores	-	6
Empréstimos e financiamentos	2	4
Empresas do Sistema Petrobras (nota 8 (b))	22	33
Empréstimo subordinado - demais acionistas	14	12
Juros sobre dividendos - demais acionistas	6	19
	44	74

16 VARIAÇÃO CAMBIAL DE PASSIVOS

	2018	2017
Empréstimos e financiamentos	8	5
Empresas do Sistema Petrobras	116	9
Empréstimo subordinado - demais acionistas	16	1
	140	15

17 CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações. Os processos com prognóstico de perda provável foram provisionados e estão incluídos no passivo circulante, em fornecedores, devido ao vínculo com contratos de fornecimento de serviços. Em 2018 montam R\$ 3 (R\$ 3 em 2017). Alguns processos foram classificados como sendo de risco de perda possível, a seguir mencionados, porém a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, não espera perdas financeiras nas ações em curso e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras.

Contingências passivas

- Pleito de empreiteira em razão de suposto desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor máximo de exposição da TBG é de R\$ 254 (R\$ 223 em 2017). Por outro lado, a TBG ajuizou ação pleiteando a condenação da empreiteira ao pagamento de indenização de perdas e danos em razão dos sucessivos inadimplementos contratuais. O valor pleiteado atualizado é de R\$ 167 (R\$ 149 em 2017).
- Pleito de indenização por conta de prejuízos decorrentes da alta dos preços de produtos e materiais e da variação cambial ocorridos no curso da execução dos contratos de prestação de serviços. O valor máximo de exposição da TBG, atualizado, é de R\$ 114 (R\$ 100 em 2017).
- Pleito de ressarcimento, no valor de R\$ 28 (R\$25 em 2017), por supostos prejuízos e custos adicionais decorrentes do contrato de prestação de serviços para a construção de ECOMP.
- A TBG consta como pólo passivo de diversas ações trabalhistas, na qualidade de responsável subsidiária. As referidas demandas são classificadas, em sua maioria, como possíveis, gerando valor de exposição máxima de R\$ 35 (R\$ 3 em 2017).
- Multas e sanções de atos administrativos R\$ 18.
- Pleitos de natureza indenizatória, diversos autores R\$ 1.
- Contribuições previdenciárias decorrentes de fiscalização da Receita Federal do Brasil no valor de R\$ 3 (R\$ 3 em 2017).
- Pedidos de ressarcimento ou restituição de IRPJ e II R\$ 6.

Contingência ativa – Não contabilizada

- ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A TBG ajuizou em agosto de 2008 Mandado de Segurança para excluir das bases de cálculo do PIS e da COFINS os valores pagos a título de ICMS. Há repercussão geral da questão constitucional versada nos autos do Mandado de Segurança, com encaminhamento do recurso para 4ª Turma Especializada do TRF – 2ª Região para nova análise da matéria, tendo em vista o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do RE nº 574.706/PR, representativo da matéria versada nos presentes autos e a aparente divergência do acórdão recorrido com o entendimento do STF, para que, se assim for entendido, haja a devida adequação. Em 11.12.2018, foi publicada decisão negando seguimento ao Recurso Extraordinário interposto pela União. Os valores envolvidos estão em análise e não podem ser razoavelmente estimados neste momento.

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Companhia são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	NOTA	2018	2017
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4	27	22
Títulos e valores mobiliários	5	224	206
Aplicações financeiras vinculadas	6	-	6
Contas a receber	8(a)	328	117
Passivos			
Fornecedores		43	44
Contas a pagar, incluindo adiantamentos - empresas do Sistema Petrobras	8(a)	846	940
Empréstimos e financiamentos	9	-	57

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia concentra suas operações financeiras com o Banco do Brasil S.A. (notas 4 e 5), o que faz com que este risco seja reduzido.

Não há risco de crédito em relação ao único cliente, Petrobras, que nos dezenove anos de operação da Companhia sempre efetuou os pagamentos de faturas dentro dos prazos contratados.

b. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio do dólar norte-americano.

A viabilização financeira do projeto da Companhia baseou-se na contratação de empréstimos e aportes de acionistas, indexados substancialmente ao dólar norte-americano, conforme descrito nas Notas 8 e 9.

A exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 estava concentrada em seus empréstimos e financiamentos, com

instituições financeiras e acionistas, em dólar norte-americano, que foram totalmente liquidados (R\$ 233 em 2017).

Os adiantamentos recebidos da Petrobras (Nota 8) cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 844 (R\$ 813 em 2017), embora incluam parcela vinculada ao dólar, não são considerados em risco, tendo em vista que sua liquidação dar-se-á através da prestação de serviços de transporte, que tem também indexação a essa moeda.

c. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com gastos de capital, pagamentos de empréstimos, despesas operacionais, tributos e dividendos. Historicamente as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por recebíveis e realizáveis de curto e longo prazos e prestação de serviços de transporte. Estas origens de recursos somadas à posição financeira da Companhia tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital necessários à sua operação.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Em 31 de dezembro de 2018

	MENOS DE UM ANO	ENTRE UM E DOIS ANOS	ENTRE DOIS E CINCO ANOS
Fornecedores e outras obrigações	46	-	-
Contas a pagar com empresas do Sistema Petrobras	68	68	204
	114	68	204
Em 31 de dezembro de 2017			
Fornecedores e outras obrigações	46	-	-
Contas a pagar com empresas do Sistema Petrobras	181	65	260
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	86	-	-
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	57	-	-
	370	65	260

19 COBERTURA DE SEGURO

O Gasoduto Bolívia-Brasil encontra-se segurado contra riscos de danos materiais, interrupção de negócios e responsabilidade civil. As coberturas foram contratadas pela Petrobras em nome da TBG. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os valores em risco e os limites máximos de indenização são os seguintes, em milhões de dólares norte-americanos:

Riscos segurados	US\$ milhões	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Danos materiais	11.291	180
Perda de receita bruta	134	134
Responsabilidade civil	250	250

O limite máximo de indenização confere à Companhia a necessária cobertura securitária considerando as características do bem segurado, a probabilidade de ocorrência de sinistros e seu valor de reposição.

20 OBRIGAÇÕES ATUARIAIS

	2018	2017
Plano de previdência complementar	17	15
Plano de saúde - AMS	72	42
	89	57

Previdência complementar

Todos os empregados da Companhia são participantes do plano Petros 2, estabelecido na modalidade de contribuição definida para os benefícios previdenciários e contribuição variável para os benefícios de risco.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método de unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2018 é de 19,7 anos.

Plano de saúde AMS – Benefício pós-emprego

A partir de 2014 os empregados da Companhia migraram para o plano de saúde AMS – Assistência Multidisciplinar de Saúde, mantido pela Petrobras. O plano é administrado pela própria companhia e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde. Nesse sentido, a companhia busca mitigar esse risco por meio de

aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais e etários, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2018 é de 28 anos.

Resoluções CGPAR

Em 18 de janeiro de 2018, a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações da União (CGPAR), através das Resoluções CGPAR nº 22 e 23 de 18 de janeiro de 2018, estabeleceu diretrizes e parâmetros de governança e de limites de custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde na modalidade de autogestão.

O objetivo principal das resoluções é viabilizar a sustentabilidade e o equilíbrio econômico-financeiro e atuarial dos planos de saúde das empresas estatais.

As empresas têm até 48 meses para adequação de seus planos às novas regras. Está em estudo os impactos que a implementação da Resolução CGPAR nº 23 poderá causar no plano AMS, dentre eles, uma provável redução no passivo atuarial, tendo em vista a mudança da regra de participação da empresa no custeio do plano, que passará a respeitar limite paritário, entre a companhia e os participantes.

Movimentação das Obrigações Atuariais

	2018			2017		
	Petros 2	AMS	Total	Petros 2	AMS	Total
Obrigações atuariais no início do exercício	15	42	57	13	40	53
Custos reconhecidos no resultado	3	10	13	3	9	12
Outros resultados abrangentes - ORA	(1)	20	19	(1)	(7)	(8)
Obrigações atuariais no final do exercício	17	72	89	15	42	57

Rogério Santana da Silva
Presidente do Conselho de Administração

Marcel Takeshi Abe
Conselheiro

Nilson Jaques Cytryn
Conselheiro

Marisa Celina Basualdo
Conselheira

Bruno Cesar Grossi de Souza
Conselheiro

Carlos Eduardo Ibañez Rodriguez
Conselheiro

Marco Antônio Oliveira
Conselheiro

Renato de Andrade Costa
Diretor Presidente

Marcelo Curto Saavedra
Diretor de Manutenção e Operação

Jorge Roberto Abrahão Hijjar
Diretor Comercial

Carlos Alberto Rechelo Neto
Diretor Financeiro

Robson Nunes Ribeiro
Gerente de Controladoria

Ricardo Souza de Holanda
Contador CRC-RJ-040722/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A – TBG

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transação com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que a totalidade das operações de prestação de serviço relacionadas ao transporte de gás é realizada com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas n°s 1 e 8 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práti-

cas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resul-

tante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes **Marcelo Luiz Ferreira**
CRC SP-014428/O-6 F-RJ Contador CRC RJ-087095/O-7

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, tomou conhecimento do Relatório Integrado da TBG – 2018 (que inclui o Relatório da Administração em atendimento à legislação societária Lei nº 6404/76 e Lei nº 13.303/16) e procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, compostas do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, dos Resultados Abrangentes e das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pela Diretoria Financeira e no Relatório da KPMG Auditores Independentes, que declara que as Demonstrações Financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da TBG em 31 de dezembro de 2018, o Conselho Fiscal, por unanimidade, entende que as referidas Demonstrações Financeiras e o Relatório Integrado 2018 estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

A Administração da empresa propõe a distribuição de dividendos no valor de R\$ 585.864.590,95 (Quinhentos e oitenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e noventa

ta reais e noventa e cinco centavos) provenientes da destinação integral do resultado do exercício de 2018. O dividendo mínimo obrigatório é de R\$ 292.932.295,48 (Duzentos e noventa e dois milhões, novecentos e trinta e dois mil, duzentos e noventa e cinco reais e quarenta e oito centavos), correspondente à 50% do lucro líquido (art. 88 do Estatuto Social da TBG). Além disso, a Administração da empresa está propondo à Assembleia Geral Ordinária, o dividendo adicional de R\$ 292.932.295,47 (Duzentos e noventa e dois milhões, novecentos e trinta e dois mil, duzentos e noventa e cinco reais e quarenta e sete centavos), remanescente do lucro do exercício.

Considerando as informações econômico-financeiras apresentadas pela Administração da TBG, o Conselho Fiscal opina, por unanimidade, que a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encontra-se apta a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2019.

**Rodrigo
Araujo Alves**

**Júlio César
Gonçalves Corrêa**

**Eduardo
Poggi da Rocha**

Resumo e Conclusões do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário

Aos Conselheiros de Administração da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil – S.A.

1 – Introdução

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE” ou “Comitê”) é um órgão colegiado de assessoramento ao Conselho de Administração, regulamentado pela Lei nº 13.303/2016 e pelo Decreto nº 8.945/2016. O Comitê da TBG foi instituído na Companhia em 04 de outubro de 2018.

Compete ao Comitê avaliar a qualidade e a integridade das Demonstrações Financeiras, a independência, transparência e a qualidade dos trabalhos dos Auditores Externos e da Auditoria Interna, bem como a qualidade e a efetividade do Sistema de Controles Internos e da Gestão de Riscos.

Os administradores da TBG são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter Sistema de Controles Internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

Em conformidade com as normas aplicáveis, compete à Auditoria Externa avaliar a qualidade e a adequação do Sistema de Controles Internos e emitir opinião, sustentada em procedimentos e padrões estabelecidos em normas que regem o exercício da profissão, sobre as Demonstrações Financeiras.

Compete à Auditoria Interna monitorar, avaliar e aferir, de forma independente, a qualidade do Sistema de Controles Internos e da Gestão de Riscos da TBG, assim como certificar o atendimento aos requerimentos legais aplicáveis.

2 – Atividades

Em cumprimento às suas atribuições e competências, o Comitê realizou reuniões com o Conselho de Administração e com o Conselho Fiscal, além de diversas reuniões regulares com o Comitê de Riscos, com a Diretoria Executiva e com os gestores das principais áreas da TBG. Nessas ocasiões, foram abordados os principais assuntos de cada área, incluindo, dentre outros, temas relacionados a controles internos, aspectos contábeis, provisões, gestão de riscos, resultado atuarial, transações com partes relacionadas, recomendações da Auditoria Interna e dos Auditores Independentes. Quando aplicável, foram feitas recomendações de aprimoramento. Houve também reuniões periódicas com as Auditorias Interna e Externa, quando foram abordados, dentre outros, os respectivos planejamentos e resultados dos principais trabalhos realizados.

3 – Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas no âmbito das suas competências, o Comitê de Auditoria Estatutário concluiu que:

SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS

O Sistema de Controles Internos da TBG mantém-se, de forma geral, capaz de identificar fatores adversos e é adequado ao porte e complexidade dos negócios da TBG. Referido sistema continua sendo objeto de aperfeiçoamento, não obstante existam medidas que demandarão tempo adicional e monitoramento permanente para atingir os resultados propostos. A evolução da cultura de controles e integridade é foco permanente da Administração.

A atenção, atualmente, recai sobre os procedimentos necessários para garantir que o mapeamento de processos seja integrado à identificação de riscos, o estabelecimento de pontos de controle e a garantia da observância da conformidade com leis, regulamentação e normas internas.

AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna desempenha suas funções com independência, objetividade, qualidade e efetividade. Seu desempenho vem mostrando melhorias, ao tempo em que medidas adicionais vêm sendo implementadas, como as relacionadas à otimização e padronização de processos e às metodologias e sistemas de aprimoramento da qualidade dos trabalhos e de fortalecimento dos controles internos. No seu escopo de atuação estão contidas as determinações decorrentes dos requerimentos legais e regulamentares.

AUDITORIA EXTERNA

Não foram identificados fatos relevantes que pudessem comprometer a efetividade da atuação, objetividade e independência da KPMG Auditores Independentes.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO INTEGRADO

As Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório Integrado, relativas ao exercício social de 2018, elaboradas em conformidade com a legislação societária aplicável e demais requerimentos legais, refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da TBG. O Comitê, considerando os resultados dos trabalhos realizados e o relatório da KPMG Auditores Independentes julga que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras e recomendam a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2019.

Cleber Santiago

Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário

Manuel Luiz da Silva Araújo
Membro

Paulo José Arakaki
Membro

